

DOSSIÊ CRISE NO PERU: Novo Peru sobre a atual crise política

Os fatos relacionados ao caso Lava Jato revelaram o nível de corrupção no Peru, envolvendo todos os ex-presidentes, ex-candidatos à presidência, os três ramos do governo e grupos empresariais, desencadeando uma profunda crise, que colocou a governança neoliberal imposta após o golpe de Estado de Fujimori em 1992, legitimado pela Constituição de 1993 e continuado pelos governos da fracassada transição democrática de 2001. Alegações de corrupção contra o ex-presidente Pedro Pablo Kuczynski levaram à sua renúncia em janeiro de 2018, um pouco mais de um ano em que assumiu o governo, assumindo o cargo de presidente, o então vice-presidente Martín Vizcarra com o mandato do PPK em julho de 2018. No entanto, essa medida estava longe de resolver a crise, porque em si era um presidente sem partido ou partido. forçado a governar com uma esmagadora maioria parlamentar Fujimorista. Assim, formou-se um cenário de aprisionamento entre um fraco poder executivo liderado por Vizcarra e o aprofujimorismo entrincheirado no Congresso, atingido pelas investigações de Lavajato, mas determinado a lutar. O bloqueio de algumas medidas de reforma política destinadas a combater a corrupção nos partidos, bem como a necessidade de Fujimori de controlar o congresso para defender seus líderes, como Keiko Fujimori investigado por corrupção, estavam atolando no palco. Tudo isso diante da crescente inquietação cidadã e da ampla rejeição da classe política.

Diante da insustentabilidade da crise política e da apreensão de poderes, em 28 de julho, Martín Vizcarra levantou a proposta de avançar as eleições gerais até abril de 2020. Dois meses depois, a proposta foi apresentada pela maioria parlamentar aprovada por Fujimoristas em um ofensiva que

incluiu a decisão de nomear um novo Tribunal Constitucional (CT), composto por magistrados subordinados aos seus interesses que pudessem garantir sua impunidade. Dada a decisão da maioria Fujimorista de capturar o TC, na segunda-feira, 30 de setembro, o executivo apelou para a Questão de Confiança; Fórmula constitucional que lhe permite dissolver o Parlamento se lhe for negada duas vezes consecutivas a razão pela qual o Primeiro Ministro Salvador del Solar apresentou a questão do Trust pedindo ao Congresso que interrompa a eleição fraudulenta de magistrados. A maioria parlamentar não apenas ignorou a confiança solicitada, mas também avançou na nomeação dos membros do CT com um claro desdém. Negado a confiança e apelando ao artigo 134 da Constituição que regulamenta a dissolução constitucional do Congresso, na segunda-feira, 30 de setembro, Martín Vizcarra anunciou a dissolução constitucional do Parlamento, convocando eleições complementares para o congresso em janeiro de 2020. Em reação à decisão da Vizcarra, a maioria Fujimorista e seus aliados, com o apoio do maior sindicato empresarial (CONFIEP), se autodenominaram e – apesar de não terem os votos regulatórios e terem sido formalmente dissolvidos – suspenderam Martín Vizcarra como presidente. Em seu lugar, Mercedes Araoz, ex-ministro da Economia de Alan García, amigo do PPK e mulher orgânica do CONFIEP, foi nomeado presidente. Também instaram a Organização dos Estados Americanos (OEA) a intervir prontamente para mediar a crise. Sem dúvida, é um ato de usurpação, que ignora a Constituição e a vontade da maioria cansada de sua gestão política corrupta.

Embora até o momento, a ordem constitucional, a cidadania e o Comando Conjunto das Forças Armadas estejam com o presidente Martín Vizcarra, é claro que a usurpação de Fujimori e seus aliados atrapalha o panorama e agrava a crise. Estamos diante de uma ação desesperada da coalizão reacionária política corporativa liderada por Fujimori e seus aliados, como Meche Araoz e APRA. Eles sabem que a continuidade do modelo econômico está em risco e que sua “república de negócios” pode

entrar em colapso, encerrando sua impunidade e privilégios. Vale esclarecer que o governo de Martín Vizcarra também optou por manter a política neoliberal, confrontando diretamente os setores populares, o que o impediu de liderar um amplo bloco social democrático, geralmente alinhado aos poderes econômicos.

Desde o início da crise, o Novo Peru, liderado por sua presidente Verónica Mendoza, alertou sobre a magnitude da crise, porque o que estava em jogo era o destino histórico do país e não apenas uma mudança de governo. Juntamente com forças políticas de esquerda, progressistas e organizações sociais e populares, mobilizamos-nos exigindo novas eleições com novas regras e caminhando para uma Nova Constituição porque a constituição imposta pelo Fujimorismo 93 está vencida. Hoje, a dissolução do Congresso corrupto e a convocação de novas eleições abrem um caminho democrático para a crise, mas somente com mobilização e organização podemos derrotar definitivamente a coalizão reacionária. Para isso, é urgente fortalecer espaços de articulação social que suscitem a necessidade de um novo pacto constitucional, avançando em uma ampla unidade, uma vez que a luta é uma e os inimigos dos direitos dos trabalhadores são os mesmos que se opõem à abordagem de gênero. e legalizar a sobre-exploração dos jovens, os mesmos que desejam privatizar bens públicos como a água; o mesmo que criminaliza a luta social e obtém benefícios fiscais. Do Movimento Novo Peru, apelamos à comunidade internacional para estar vigilante sobre o que está acontecendo em nosso país e apoiar a mobilização majoritária dos cidadãos por uma saída democrática da crise, contra a arrogância e usurpação de Fujimori e seus aliados em serviço. É importante que as diferentes forças políticas da América Latina e do mundo não reconheçam o governo de Mercedes Araoz e acompanhem os esforços para avançar na saída democrática com novas eleições, no âmbito do respeito irrestrito aos direitos humanos. Permaneceremos firmes e mobilizados para a construção de um novo Peru em um novo mundo, conforme exigido por Amauta

José Carlos Mariategui.

Novo Movimento Peru

Comissão de Relações Internacionais

Lima, 1 de outubro de 2019